



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN
GABINETE DO PREFEITO



Uma Frontin para todos


MENSAGEM Nº 060 /2021

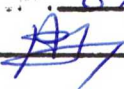
EXMO. SENHOR PRESIDENTE E PARES DA CÂMARA MUNICIPAL

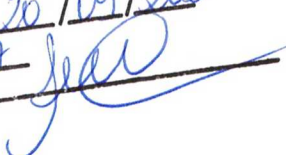
Cumprimentando Vossa Excelência, venho apresentar Projeto de Lei que versa sobre alteração do art. 86 da Lei Municipal nº 1343/2019, estabelecendo nova margem para desconto consignável em folha de pagamento.

Certo da compreensão e sentimento de cidadania dos nobres vereadores, conto com a aprovação desta importante medida, aproveitando para reiterar os nossos votos de distinta consideração.

Engenheiro Paulo de Frontin/RJ, 17 de setembro de 2021.


JOSÉ EMMANUEL RODRIGUES ARTEMENKO
Prefeito Municipal

Câmara Municipal de Engº Paulo de Frontin
Proto: 1852-20-5/21
Livro: 04-69/20
Ass: 

Câmara Municipal de Engº Paulo de Frontin
Recebido em 20/09/2021
Hora: 16:27
Ass: 



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN
GABINETE DO PREFEITO



Uma Frontin para todos

PROJETO DE LEI Nº 060 DE 17 DE SETEMBRO DE 2021

Dispõe sobre alteração do art. 86 da Lei Municipal nº 1343/2019, estabelecendo nova margem para desconto consignável em folha de pagamento.

José Emmanoel Rodrigues Artemenko, Prefeito Municipal de Engenheiro Paulo de Frontin/RJ, FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI MUNICIPAL:

Art. 1º. Fica alterado o art. 86 da Lei Municipal nº 1343 de 26 de abril de 2019, que passará a possuir a redação abaixo, em conformidade à Lei Federal nº 14.131 de 30 de março de 2021:


“Art. 86. Nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou os proventos, salvo por imposição legal ou ordem judicial.


Parágrafo Único. O servidor poderá autorizar a consignação em folha de pagamento, em favor de terceiros, por meio de celebração de convênio, a critério da Administração, na forma definida em Decreto, até o limite de 40% (quarenta por cento), dos quais 5% (cinco por cento) serão destinados exclusivamente para:

- I – amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito;
- ou
- II – utilização com finalidade de saque por meio do cartão de crédito.”

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Engenheiro Paulo de Frontin, 17 de setembro de 2021.


JOSÉ EMMANOEL RODRIGUES ARTEMENKO
Prefeito Municipal

Câmara Municipal de Eng. Paulo de Frontin
Proto. 1852.20.7/21
Livro. 04. 69/70
33. 



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN
GABINETE DO PREFEITO



ENGENHEIRO
PAULO DE FRONTIN
PREFEITURA

Uma Frontin para todos

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei visa adequar o Estatuto dos Servidores Públicos deste Município ao novo ordenamento Federal (LF 14.131/2021) no qual aumentou a margem consignada para contratação de operações de crédito de 30% para 35% e ainda acrescentou mais 5% para operações destinadas à amortização de despesas e saque por meio de cartão de crédito.

Assim sendo, esta Lei estará dando a possibilidade a nossos servidores de ampliarem suas linhas de crédito junto aos bancos de nosso município.

José Emmanuel R. Artemenko
Prefeito Municipal

Câmara Municipal de Engº Paulo de Frontin
Protocolo 1852 20/9/21
Data 04 09/21
Ass. 33. *[assinatura]*



Estado do Rio de Janeiro

Câmara Municipal de Engº. Paulo de Frontin

Plenário Jauldo Gomes Balthazar

PARECER

“EMENTA:

Dispõe sobre a alteração do art. 86 da Lei Municipal nº 1.343/2019, estabelecendo nova margem ara desconto consignável em folha de pagamento.”

CONSULTA:

Versa o presente parecer sobre o projeto de lei nº 060/21, de autoria do Executivo, que dispõe sobre a matéria da ementa, alaterando a margem consignável.

A matéria veio a esta Procuradoria Geral para emissão de parecer, por determinação da Presidência desta Casa de Leis.

Será sucinto o parecer.

FUNDAMENTAÇÃO:

Inicialmente, é importante ressaltar que cada ente federativo dispõe de autonomia para assuntos de interesse local (art. 30, I da CF/88).

É privativa, a princípio, do Chefe do Poder Executivo, a iniciativa legislativa para o objeto do presente intento, *ex-vi* a previsão contida na LOM.

Portanto, é este conjunto normativo que fornece a base e define os elementos fundamentais do processo legislativo, tais como: competência, matéria, iniciativa, discussão, votação, aprovação, rejeição, e veto.

A Lei Orgânica deste Município assim prevê:

“Art. 7º - Compete ao Município:

I - legislar sobre assunto de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e estadual no que couber;

.....

Art. 8º - Além das competências previstas no artigo anterior, o Município atuará em cooperação com a União e o Estado para o exercício das competências enumeradas no artigo 23 da Constituição Federal, desde que as condições sejam de interesse do Município.



Estado do Rio de Janeiro

Câmara Municipal de Engº. Paulo de Frontin

Plenário Jauldo Gomes Balthazar

.....

Art. 14 - Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, legislar sob as matérias de competência do Município, especialmente no que se refere ao seguinte:

I - assuntos de interesse local, inclusive suplementando a legislação federal e estadual, notadamente no que diz respeito:"

A Constituição Federal previu um complexo sistema de repartição de competências entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, dentre elas, competências exclusivas, concorrente, suplementar e privativa.

Para os municípios foi escolhida uma competência específica, sob a denominação de assunto de interesse local.

A competência legislativa privativa é a que cabe exclusivamente a um órgão componente do Estado Federal. Estão nesta categoria as competências da União estabelecidas no art. 22 da Carta Magna, a competência remanescente dos Estados e a competência do Município para legislar sobre assuntos de interesse local.

A forma de definição da competência do Município foi diversa da utilizada para prever as competências dos Estados e da União.

Segundo Hely Lopes Meirelles "o conceito de interesse local é amplo, existindo matérias que se sujeitam a competência legislativa destas três entidades federais". (MEIRELLES, H. L. **Direito Municipal Brasileiro**, São Paulo: Malheiros, p.122).

O interesse local não se verifica em determinadas matérias, mas em determinadas situações.

Ainda segundo Hely Lopes Meirelles, *in verbis*:

"(...) o assunto de interesse local se caracteriza pela predominância (e não pela exclusividade) do interesse para o Município, em relação ao do Estado e da União. Isso porque não há assunto municipal que não seja reflexamente de interesse estadual e nacional. A diferença é apenas de grau, e não de substância." (MEIRELLES, H. L. **Direito Municipal Brasileiro, São Paulo: Malheiros).**

Em sua função normal e predominante sobre as demais, a Câmara elabora leis, isto é, normas abstratas, gerais e obrigatórias de conduta.

A matéria encontra-se amparada na competência do Município.

Segundo a doutrina de Hely Lopes Meirelles:

"O governo municipal realiza-se através de dois "Poderes": a Prefeitura e a Câmara de Vereadores com funções específicas e indelegáveis, nos termos dos artigos. 2º,



Estado do Rio de Janeiro

Câmara Municipal de Engº. Paulo de Frontin

Plenário Jauldo Gomes Balthazar

29 e 31 da Constituição Federal. Entrosando suas atividades específicas, a Câmara de Vereadores e a Prefeitura realizam com independência e harmonia o governo local, segundo os princípios da Constituição Federal e da Constituição Estadual e nas condições expressas na Carta Própria do Município". (MEIRELLES, H. L. **Direito Municipal Brasileiro**, São Paulo: Malheiros).

Em nível municipal a função legislativa é exercida pela Câmara dos Vereadores, que é o órgão legislativo do município, em colaboração com o prefeito, a quem cabe também o poder de iniciativa das leis, assim como o poder de sancioná-las e promulgá-las, nos termos propostos como modelo, pelo processo legislativo federal. Dessa forma, a atividade legislativa municipal submete-se aos princípios da Constituição Federal com estrita obediência a Lei Orgânica dos municípios.

Trata-se de projeto de Lei de autoria do Executivo que dispõe sobre a alteração do art. 86, da Lei nº 1.343/2019, sobre margem de descnto consignável.

O projeto encontra-se em consonância com nosso ordenamento jurídico.

Portanto, não há impedimento legal, mas sim há entendimento da Nossa Corte Superior bem como legislação permissiva que regula a matéria, e, que está de acordo com nossa Constituição Federal, estando apto a ser votado pelo plenário desta casa.

A observância dos preceitos constitucionais e legais deve ser a primeira preocupação do legislador ao propor qualquer espécie normativa. Esta não pode contrariar as normas superiores ou extrapolar a competência do Órgão Legislativo, devendo ser conforme o ordenamento jurídico, sob pena de inconstitucionalidade.

Por fim, temos que nos ater aos princípios orçamentários-financeiros.

Não havendo prova que o presente projeto de lei vá impactar a execução orçamentária, e desde que esteja de acordo com as previsões da Lei nº 4.320/64 c/c Lei Complementar nº 101/2000, bem como com o PPA; a LDO e a LOA, não encontramos óbices à sua tramitação e posterior aprovação e sanção, respeitada a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno desta Casa de Leis.

CONCLUSÃO:

Desta forma entendemos possível o intento com a tramitação, aprovação e sanção do vertente projeto de lei, estando o presente objeto respaldado pela legalidade, desde que respeitados os tópicos supra referenciados.

Este parecer é meramente opinativo, podendo o administrador agir de forma diferenciada, desde que fundamentada.

Era o que cabia relatar.

É o parecer;



Estado do Rio de Janeiro

Câmara Municipal de Engº. Paulo de Frontin

Plenário Jauldo Gomes Balthazar

S.M.J.

Engenheiro Paulo de Frontin, 27 de setembro de 2021.

Maurício José Xavier Jaccoud

Procurador

OAB/RJ Nº 123.037

Andamento Processual

Processo nº CM 1852 Data 20/9/21
Origem EXECUTIVO Processo nº 1852
Assunto ALTERA O ART. 86 DA LEI MUNC. 1343/19
Prazo NORMAL Termina do Prazo

Despacho

Da Secretaria da Câmara para o PLENÁRIO Data: 23/9/21
Rubrica: AA

Recebido pela Mesa em ____/____/____
Da Mesa para: _____ Em: ____/____/____

Recebido pela Comissão em ____/____/____ Rubrica: _____

Convocada reunião da Comissão para: ____ / ____ / ____ às ____ hs

Retorno ao Plenário com Parecer em: / /

Da tramitação em Plenário: Andamento do Processo

1. The first part of the document is a list of names and their corresponding addresses. The names are listed in the first column, and the addresses are listed in the second column. The names are: John Doe, Jane Smith, and Bob Johnson. The addresses are: 123 Main St, 456 Elm St, and 789 Oak St.

2. The second part of the document is a table with two columns. The first column is labeled "Name" and the second column is labeled "Address". The table contains the following data:

Name	Address
John Doe	123 Main St
Jane Smith	456 Elm St
Bob Johnson	789 Oak St

3. The third part of the document is a list of names and their corresponding addresses. The names are listed in the first column, and the addresses are listed in the second column. The names are: John Doe, Jane Smith, and Bob Johnson. The addresses are: 123 Main St, 456 Elm St, and 789 Oak St.